

**ATA DA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos dezessete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e quarenta e cinco minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores deputados. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhores deputados, público aqui presente e todos aqueles que nos acompanham pela TV e pela Rádio Alems. *“Ata da Quinquagésima Primeira Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e quarenta e um minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Duarte e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Lida e aprovada a Ata de número Cinquenta e Seis da Quinquagésima Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 561/2025, do Ministério da Agricultura; Ofícios nºs 32.578, 32.615, 32.619, 32.623, 32.627, 32.631, 32.653, 32.732, 32.732, 32.739 e 32.747/2025, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Paulo Duarte, Renato Câmara, Mara Caseiro e Junior Mochi. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Pedrossian Neto, Lucas de Lima e Roberto Hashioka. **GRANDE EXPEDIENTE** – Usou da palavra o deputado Junior Mochi. **ORDEM DO DIA** – Foi aprovado, em discussão única e votação nominal, o Projeto de Lei nº 112/2025, de autoria do Poder Judiciário. Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: projeto de Lei nº 79/2025, de autoria do deputado Paulo Duarte; Projeto de Lei nº 106/2025, de autoria do deputado Pedrossian Neto; Projeto de Lei nº 123/2025, de autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimentos de moção de pesar, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçadas aos familiares de Dari Vieira de Barros e João Victor Branti Ravazzoli Garcia; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada aos familiares de Lucia Villa Bellei; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada ao Grupo Energisa, pelos seus cento e vinte anos de história, celebrados em Sessão Solene no Congresso Nacional, e pelo*

*importante reconhecimento concedido à Energisa Mato Grosso do Sul, premiada com o melhor desempenho no Prêmio Aneel de Satisfação do Consumidor 2024 na região Centro-Oeste, entre as distribuidoras com mais de quatrocentos mil consumidores; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada à Embrapa Agropecuária Oeste, pela comemoração dos cinquenta anos de sua fundação, celebrados em Sessão Solene especialmente dedicada a esta importante instituição; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada à professora Deumeires Batista de Souza Rodrigues de Moraes, pela sua eleição à presidência da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (Fetems); requerimento de moção de agradecimento, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada à Associação Pestalozzi de Dourados, pelos quarenta anos de sua fundação, celebrados em Sessão Solene alusiva a essa importante trajetória de dedicação à inclusão e à defesa dos direitos das pessoas com deficiência; indicações, de autoria dos deputados Gleice Jane, Renato Câmara, Lia Nogueira, Roberto Hashioka, Jamilson Name, Pedro Kemp, Caravina e Neno Razuk. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, doze de junho do ano de dois mil e vinte e cinco". Está lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, no exercício da primeira-secretaria, o nobre deputado Paulo Corrêa, para proceder à leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente, senhores e senhoras deputadas e todos os presentes à Sessão. Expediente da Sessão Ordinária de 17 de junho de 2025: Ofício nº 314/2025, da Caixa Econômica Federal, encaminhando Crédito de Recursos Financeiros - Orçamento Geral da União (Prot. nº 2036, 2061/2025); Ofício nº 33.217/2025, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo ao requerimento do deputado Caravina (Prot. nº 1561/2025); Ofício nº 5.224/2025, da Secretaria de Estado de Turismo, Esporte e Cultura de Mato Grosso do Sul, respondendo ao requerimento da deputada Gleice Jane (Prot. nº 1505/2025); Ofício nº 251/2025, da Prefeitura Municipal de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Coronel David (Prot. nº 1040/2025); Ofício nº 112/2025, da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul, respondendo à moção de congratulação do deputado Pedro Kemp (Prot. nº 1905/2025). Está lido o expediente senhor presidente. Senhor presidente, pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Grande companheira Sumara Ferreira Leal, nossa vice-prefeita de Cassilândia.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Sumara Ferreira Leal, amiga do deputado Paulo Corrêa, seja bem-vinda à Assembleia Legislativa. Lido o expediente, passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Pelo livro de inscrição, com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Por inversão, com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, colegas parlamentares, assistentes, público presente e quem nos acompanha pela TV e Rádio Alems. Senhor presidente, apresento um requerimento e duas moções de pesar. No primeiro requerimento, que assino em conjunto com o deputado Paulo Duarte, solicito à Mesa Diretora, nos termos regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente à empresa Azul Linhas Aéreas e à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), solicitando informações detalhadas acerca da malha aérea operada em Mato Grosso do Sul; em especial os seguintes esclarecimentos: 1 - Já existe confirmação oficial acerca da interrupção dos voos diretos partindo de Campo Grande com destino a Cuiabá e Curitiba, conforme noticiado por portais digitais? 2 - Em caso de resposta positiva, quais são as justificativas que fundamentam a descontinuidade dessas rotas, mesmo com o histórico de alta ocupação? 3 - Quais medidas estão sendo adotadas para atender os passageiros afetados? 4 - Quais são os impactos estimados para a mobilidade regional e a integração logística do estado? 5 - Havendo a confirmação da interrupção, existe alguma medida que o Poder Público, seja federal, estadual ou municipal, possa tomar para evitar a suspensão e garantir o retorno das operações? 6 - Considerando outras notícias veiculadas em portais digitais, existe previsão de interrupção dos voos operados entre os municípios de Corumbá (MS) e Campinas (SP)? Em caso positivo, qual a motivação e o cronograma para aplicação dessa medida? 7 - Há previsão de que outras rotas, em Mato Grosso do Sul, sejam afetadas por novas interrupções de voos? Senhor presidente, diante das informações veiculadas sobre a suspensão de voos em Mato Grosso do Sul, eu e o deputado Paulo Duarte apresentamos este requerimento para colher informações oficiais, bem como entender se há algo que o Poder Público possa fazer, se essas são decisões definitivas tomadas comercialmente pela Azul Linhas Aéreas ou se há espaço para intervenção, uma vez que o prejuízo deverá ser muito grande. Já temos informações preocupantes sobre outras linhas que poderão ser interrompidas, incluindo a rota de Corumbá. Estamos ficando isolados do restante do país, o que é extremamente preocupante. Como mencionei na sessão anterior, Mato Grosso do Sul é um estado em crescimento, com expressivo desenvolvimento econômico e altos investimentos. Hoje, somos o estado que mais recebe investimentos privados no Brasil, mas estamos perdendo linhas aéreas e ficando sem voos para a nossa capital e para os principais municípios. Portanto, esse requerimento busca obter informações oficiais para que, posteriormente, possamos tomar providências concretas, em conjunto com o deputado Paulo Duarte, com relação a esse problema. Além disso, trago duas moções de pesar: aos familiares e amigos do senhor José Olegário Marques, conhecido como Zé Parda, ex-

vereador do município de Batayporã e pai do vereador Lorinho, pelo seu falecimento, ocorrido em 13 de julho de 2025; e também para os familiares e amigos do senhor Wilson Francisco de Oliveira, conhecido como Quinzão, ex-vereador de Eldorado, pelo seu falecimento ocorrido recentemente. A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, legítima representante da população sul-mato-grossense, consigna, por proposição do deputado Caravina, votos de profundo pesar pelo falecimento de Wilson Francisco de Oliveira (Quinzão) e José Olegário Marques (Zé Pardal), importantes lideranças políticas dos municípios de Eldorado e Batayporã, respectivamente. Quinzão, uma liderança expressiva local, e Zé Pardal, ex-presidente do Podemos e grande parceiro deste mandato, deixam um legado marcado pela disposição, lealdade e espírito público. A partida repentina dessas lideranças deixa uma lacuna imensa, tanto na política local quanto no coração de todos que caminharam ao seu lado. Neste momento de dor e saudade, o Parlamento Sul-Mato-Grossense manifesta sua solidariedade aos familiares, amigos e às comunidades de Eldorado e Batayporã, que ficaram enlutadas pela perda desses cidadãos. Que Deus conforte os corações de todos e que o legado de Quinzão e Pardal permaneça vivo na memória e na história de suas cidades. Era isso, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, quero apresentar uma indicação deste Poder ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de Estado de Educação, solicitando a realização de estudos no sentido de disponibilizar um servidor para exercer a função de segurança na Escola Estadual Padre José Daniel, localizada no município de Vicentina. Esta é uma demanda encaminhada por servidores da referida escola. Na segunda indicação, indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Ademar Silva Júnior, secretário municipal de Meio Ambiente, Gestão Urbana e Desenvolvimento Econômico, Turístico e Sustentável, solicitando a notificação do proprietário do terreno localizado à rua Arco Verde, em frente ao nº167, bairro Seminário, em Campo Grande. Era isso, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Presidente, senhores deputados e deputadas, referente ao acidente ocorrido neste final de semana, na BR-262, no trecho compreendido entre o Buraco das Piranhas e a ponte sobre o rio Paraguai. Esse acidente ocorreu entre um ônibus da Empresa Andorinha e um caminhão carregado de minério, que levou a óbito duas pessoas e a uma criança em estado grave. Então, eu apresento aqui,

inicialmente, moções de pesar à família da senhora Andrezza das Neves Felski, uma jovem de vinte e oito anos, de uma família bastante conhecida em Corumbá. A segunda moção é aos familiares de Marcelino Valentino Filho, que também faleceu nesse acidente. Mas, em razão do que aconteceu, estou reiterando ao Dnit — ao senhor Euro Nunes Varanis Junior, meu conterrâneo — um pedido que eu já havia feito bem antes dessa tragédia: uma recuperação urgente na BR-262, principalmente nesse trecho compreendido entre o Buraco das Piranhas até a ponte sobre o rio Paraguai. Não estou fazendo isso hoje em função da tragédia; estou apenas reiterando o pedido. Peço urgência na recuperação de todo o trecho e um controle dos caminhões de minério que trafegam — muitos deles acima do peso — nesse trecho; o que levou a essa tragédia. É uma situação grave, urgente, e que precisa de providências. Além da recuperação que será feita, precisamos de um controle efetivo para esse absurdo que é o tráfego de caminhões de minério — volto a dizer —, muitos deles acima do peso, nessa rodovia. Voltarei a falar desse assunto no Grande Expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Marcio Fernandes.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Senhor presidente, quero apresentar uma moção de congratulação ao ex-prefeito de Cassilândia, senhor Valdecir Costa, pelos relevantes serviços prestados ao município durante sua gestão, em especial pelos esforços empreendidos em parceria com o governador Eduardo Riedel, que resultaram na contemplação de mais de vinte milhões de reais revertidos em importantes obras e investimentos para a cidade. Assina comigo a deputada Mara Caseiro. Outra moção de congratulação vai para o presidente da Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul), senhor Marcelo Bertoni, pela sua reeleição como presidente da entidade, consagrado por unanimidade. É só isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a permissão de Vossa Excelência, quero fazer essa moção em nome da Casa ao Marcelo Bertoni, nosso companheiro progressista.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — De acordo.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado presidente Gerson Claro.

DEPUTADO GERSON CLARO (PP) — Senhor presidente, requeiro à Mesa, na forma regimental, após ouvido o Plenário, que seja encaminhada moção de pesar desta Casa de Leis aos familiares do senhor Valtrudes Figueiredo, uma das mais representativas lideranças da comunidade Terena no município de Sidrolândia, pelo seu falecimento ocorrido no dia 17 de junho de 2025. Nos registros desta Casa, destaca-se que Valtrudes

Figueiredo era pai do presidente da Câmara de Sidrolândia, o vereador Gringo. Por isso, queremos apresentar essa moção de pesar para ser votada no dia de amanhã e, posteriormente, encaminhada à sua família, reconhecendo o trabalho realizado em favor da consolidação do território indígena e o papel fundamental desempenhado na aldeia Tereré. Esta Casa de Leis, que representa o povo, presta aqui sua homenagem e que, à luz do amor divino, os corações sofridos sejam consolados. Que Deus lhes dê serenidade para atravessar este momento de profunda dor. Reiteramos, assim, nossa solidariedade com a família do senhor Valtrudes Figueiredo, pai do nosso amigo vereador Gringo, presidente da Câmara de Sidrolândia.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Bom dia, senhor presidente, senhores membros da Mesa, deputados, deputadas, todos que nos ouvem e assistem pela TV e que participam presencialmente desta Sessão. Senhor presidente, em primeiro lugar, quero requerer a Vossa Excelência e a esta Casa, de forma verbal (e posteriormente apresentarei o registro à Mesa Diretora), uma moção de aplauso ao doutor Ermínio Guedes, engenheiro agrônomo dos mais renomados do nosso estado, com enorme contribuição durante os oito anos do nosso governo. O doutor Ermínio Guedes é um dos maiores especialistas em agroecologia de Mato Grosso do Sul. Na última sexta-feira, estive em Dourados, acompanhado de dona Gilda, para prestigiar o lançamento de seu livro, intitulado “A Revolta da Natureza”, um trabalho de grande relevância, com um conteúdo e estudo profundos que retratam a dramaticidade do momento de enormes dificuldades ambientais que vivemos atualmente. Portanto, requeiro a Vossa Excelência e aos nobres pares a aprovação desta indicação que faço de viva voz. A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, por proposição do deputado Zeca do PT, aprova a moção de aplauso dirigida ao doutor Ermínio Guedes, engenheiro agrônomo com um vasto currículo de compromisso com o que há de melhor na agronomia de nosso estado. Seu incansável trabalho em defesa do meio ambiente e sua atuação na área da agroecologia são destaques, especialmente pelo lançamento de seu livro “A Revolta da Natureza”, que analisa, com profundidade, o dramático momento ambiental enfrentado no planeta. Senhor presidente, reforço o pedido de aprovação dessa indicação, ressaltando que lá em Dourados fiz questão de usar da palavra, não apenas para cumprimentar o doutor Ermínio Guedes, mas também enfatizar que o livro lançado por ele, “A Revolta da Natureza”, me remeteu a um momento marcante de cinquenta anos atrás. Eu tinha apenas vinte e cinco anos quando saí de Porto Murtinho, como funcionário do Banco do Brasil, e fui para o interior de São Paulo. E lá tomei consciência política sobre a devastação provocada pelas elites econômicas deste país, no que diz respeito à concentração brutal de riqueza e de terras. Naquele momento, passei a

compreender essa lógica perversa, criminosa e nefasta do capitalismo, no Brasil e no mundo, por meio de um livro que Vossa Excelência provavelmente conhece, chamado "A Revolta dos Bagrinhos". O livro "A Revolta da Natureza" me fez lembrar esse período de cinquenta anos atrás. Portanto, senhor presidente, solicito a Vossa Excelência a aprovação dessa moção ao doutor Ermínio Guedes. Em segundo lugar, senhor presidente, de viva voz, faço também um requerimento a Vossa Excelência, digno presidente desta Casa, para que seja determinada uma audiência pública, organizada pela Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor, com o objetivo de discutir o comportamento abusivo que as redes de postos de gasolina continuam, criminosamente, praticando. O que acontece é que essas redes não permitem que a redução do custo do combustível, determinada pelo Governo Federal, chegue ao consumidor final. Na semana passada, fiz um pronunciamento sobre esse tema, que teve enorme repercussão nas mídias, o que me encorajou e determinou a realização deste pedido formal. Requeiro, com todo respeito, que Vossa Excelência determine à comissão competente desta Casa a realização de uma audiência pública com a presença do Governo do Estado, de representantes do Procon, do Ministério Público, do Judiciário e de demais entes competentes. O papel desta Casa é exigir que os postos de combustíveis não continuem lesando a economia popular e o bolso do consumidor. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente e nobres pares. Senhor presidente, tenho uma moção de pesar para apresentar, mas fui informada, ainda em meu gabinete, que o deputado Caravina já apresentou uma moção aos familiares do senhor Wilson Francisco de Oliveira, conhecido como Quinzão, da cidade de Eldorado. Portanto, gostaria apenas de solicitar ao deputado Caravina a possibilidade de subscrever junto a ele essa moção. Senhor presidente, também trago para esta Casa uma indicação destinada ao nosso governador do Estado, Eduardo Riedel, com cópias ao secretário de Estado de Educação, senhor Hélio Daher, e ao reitor da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS), professor doutor Laércio Alves de Carvalho, solicitando a realização de um estudo técnico para verificar a viabilidade da implantação dos cursos de graduação em Farmácia e Enfermagem na unidade da UEMS no município de Jardim. Essa proposta fundamenta-se em diversas necessidades e fatores estratégicos que tornam urgente e pertinente a expansão da oferta de cursos na área da saúde na região sudoeste do estado. O município de Jardim, importante polo regional, conta com o Hospital Marechal Rondon, unidade de referência para atendimentos de média complexidade, que atende tanto a população local quanto a de municípios vizinhos. No entanto, assim como ocorre em várias regiões do interior, Jardim e seu entorno enfrentam um déficit significativo de profissionais

de saúde, especialmente farmacêuticos e enfermeiros, o que impacta diretamente na qualidade e continuidade dos serviços prestados à população. Além disso, devemos destacar, senhor presidente, que o município de Jardim será grandemente impactado pela Rota Bioceânica, o que reforça a necessidade e urgência dessa solicitação. Além disso, senhor presidente, apresento também, nesta oportunidade, uma moção de aplauso às Escolas do Legislativo das Câmaras Municipais de Campo Grande, Dourados, Nova Andradina, Rio Verde de Mato Grosso e Três Lagoas nas pessoas de seus diretores (abaixo nominados), como forma de reconhecer e valorizar a implantação e atuação dessas instituições no âmbito dos parlamentos municipais. Senhor presidente, essa proposição vai em nome do senhor Epaminondas Vicente Silva Neto, conhecido como Papy, diretor da Escola Legislativa da Câmara Municipal de Campo Grande; da senhora vereadora Ana Paula Benitez Fernandes, diretora da Escola Legislativa da Câmara Municipal de Dourados; do senhor Claudinei Araújo Santos, diretor da Escola Legislativa da Câmara Municipal de Nova Andradina; da senhora Tatiane Souza de Lara, diretora da Escola Legislativa; do doutor Valdir Ferreira da Silva, diretor da Escola Legislativa da Câmara Municipal de Rio Verde de Mato Grosso; e da senhora Rebeca Crisley Rosa de Faria Santos, diretora da Escola Legislativa da Câmara Municipal de Três Lagoas. Era o que eu tinha, senhor presidente. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Muito bom dia, senhor presidente, nobres pares, público que nos acompanha neste Plenário e também pela TV e Rádio Alems. Apresento aqui hoje, senhor presidente, um requerimento direcionado ao senhor Marçal Filho, prefeito de Dourados, solicitando que sejam prestadas informações sobre o fornecimento de insumos nas Unidades de Pronto Atendimento (UPA) de Dourados, especialmente com relação à possível falta de materiais essenciais para a realização de suturas e procedimentos básicos de emergência. Chegou ao conhecimento do nosso gabinete relatos de usuários do SUS, da rede pública, apontando a falta de insumos básicos, como fios cirúrgicos para sutura na UPA em Dourados. Segundo as informações repassadas, pacientes tiveram de procurar outras Unidades Básicas de Saúde devido à falta desses materiais fundamentais no atendimento diário, o que gerou transtornos, insegurança e profunda indignação entre os cidadãos. Diante da gravidade dos relatos e considerando que a falta de insumos compromete diretamente o atendimento da população, é imprescindível que a prefeitura esclareça se de fato existe esse desabastecimento na UPA, bem como os motivos que levaram à ausência de insumos essenciais no dia a dia. Além disso, indico que seja encaminhado expediente à senhora Sônia Guajajara, ministra de Estado dos Povos Indígenas; à senhora Joenia Wapichana, presidente da Fundação

Nacional dos Povos Indígenas (Funai); ao senhor Eduardo Riedel, governador de Mato Grosso do Sul; e à senhora Patrícia Elias Cozzolino de Oliveira, secretária de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos, solicitando de união de esforços para destinação de recursos e adoção de políticas públicas voltadas ao atendimento das demandas da aldeia Taquapiri, localizada no município de Coronel Sapucaia. Entre essas demandas, destaco a necessidade da destinação de patrulha mecanizada para manutenção e melhoria das vias internas e das áreas de produção da aldeia Taquapiri; a implementação de ações e políticas públicas para atendimento às mulheres indígenas, especialmente nas áreas de assistência social, proteção e fortalecimento econômico; a melhoria no apoio à agricultura familiar, garantindo segurança alimentar, desenvolvimento sustentável e geração de renda. Também apresento uma indicação ao governador do Estado, Eduardo Riedel, ao senhor Guilherme Alcântara, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, e ao senhor Renato Marcílio da Silva, diretor-presidente da Sanesul, solicitando esforços imediatos para a efetiva colocação em funcionamento do poço perfurado na aldeia indígena Limão Verde, localizada no município de Amambai. A aldeia Limão Verde enfrenta sérios problemas de abastecimento de água, mesmo já contando com um poço perfurado em parceria com a Itaipu Binacional e a Sanesul. No entanto, a estrutura permanece inativa, impedindo que as famílias tenham acesso à água potável de forma regular e segura. Diante da gravidade dessa situação relatada em reunião que tivemos em Dourados com lideranças indígenas das aldeias Taquapiri, em Coronel Sapucaia, e Limão Verde, em Amambai, solicito que sejam adotadas as providências necessárias e urgentes para operacionalizar o poço. Por fim, apresento outra indicação para que seja viabilizada a aquisição de, pelo menos, quinhentas caixas d'água, com capacidade de quinhentos litros, destinadas às famílias indígenas da aldeia Limão Verde, em Amambai. Tivemos ainda a denúncia de que — para buscar água — os indígenas estão utilizando galões descartados por produtores rurais. Atualmente eles estão usando galões de agrotóxicos descartados por produtores rurais em Amambai — isso é água contaminada —, já que não há reservatório adequado disponível. É necessário, portanto, a aquisição de quinhentas caixas d'água de quinhentos litros, para que possam fazer o armazenamento adequado. Hoje, infelizmente, a única forma que eles têm para armazenar água é utilizando esses galões, o que acaba resultando no consumo de água contaminada. Senhor presidente, uma tragédia já aconteceu: uma criança indígena morreu na aldeia Limão Verde após consumir essa água contaminada. Por isso, estamos solicitando que essa aquisição ocorra com a maior urgência possível, por isso apresentamos esta indicação à senhora ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, e ao senhor governador Eduardo Riedel, para que, por meio da Secretaria Especial de Saúde Indígena, seja feita a aquisição dessas caixas d'água. Por hoje, era isso. Obrigada, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom dia, presidente, público que nos assiste e nobres colegas. Requeiro à Mesa, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente ao prefeito de Jaraguari, senhor Cláudio Ferreira da Silva, solicitando que sejam feitos esforços para viabilizar a criação de um acesso oficial e estruturado aos bairros Mansões Palomar, sem que os moradores precisem trafegar pela rodovia BR-163. Essa iniciativa visa garantir condições adequadas de mobilidade, segurança e dignidade à população. Nesse mesmo sentido, solicito também ao superintendente regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte do Estado de Mato Grosso do Sul, senhor Euro Nunes Varanis Júnior, que realize estudos de viabilidade técnica para a instalação de faixas elevadas para travessia de pedestres em trechos estratégicos da BR-163. Informações que recebemos por meio do veículo de imprensa Nova Lima News indicam que as crianças precisam atravessar essa rodovia para se deslocarem até a escola, o que tem se mostrado bastante perigoso. É necessário ter um cuidado especial com essa situação. Além disso, venho aqui hoje apresentar um projeto de lei que institui a política pública de educação continuada no combate e prevenção à discriminação contra a população LGBTQIAPN+ no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul. Esse projeto de lei tem como objetivo instituir a Lei Estadual de Educação Continuada para o Combate e Prevenção à Discriminação contra a População LGBTQIAPN+, destinada à capacitação e permanência de servidores e servidoras públicas estaduais, especialmente nas áreas de educação, saúde, assistência social e segurança. A finalidade é prevenir, enfrentar e combater a discriminação. A LGBTQIAPN+fobia é um termo utilizado para descrever violências cometidas contra a população LGBTQIAPN+, as quais se apresentam como atitudes ou sentimentos negativos em relação a pessoas LGBTQIAPN+, motivados pela orientação sexual, identidade ou expressão de gênero. Essa desigualdade se manifesta de diversas formas, como discriminação no local de trabalho, violência física e psicológica, rejeição familiar, exclusão social, acesso limitado à saúde e à educação, além de restrições ao exercício de direitos civis e políticos. A situação se agrava ainda mais quando consideramos as intersecções étnico-raciais, de classe e de gênero, que são fatores cruciais ao abordarmos a marginalização da população LGBTQIAPN+. Nesse sentido, o enfrentamento à violência exige respostas multissetoriais, que incluem a realização de formações para agentes públicos de diversos setores, promovendo um atendimento digno e humanizado à população LGBTQIAPN+, sem prejuízo de ações específicas de enfrentamento à violência no âmbito da sociedade civil. No Brasil, pessoas LGBTQIAPN+ continuam sendo vítimas de violência e exclusão em níveis alarmantes. Dados do Observatório de Mortes e Violência contra LGBTQIAPN+ no Brasil, divulgados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) e pelo Instituto Brasileiro Trans de

Educação (IBTE) em 2023, revelam que o país segue como um dos mais letais para essa população. Em 2022, por exemplo, foram registradas duzentas e cinquenta e seis mortes violentas de pessoas LGBTQIAPN+ foram registradas, sendo cento e trinta e uma de pessoas trans e travestis, em sua maioria negras e jovens. A motivação por trás desses crimes é frequentemente o ódio à diversidade sexual e de gênero, disfarçado por discursos de moralidade ou justificativas religiosas e culturais. O Dossiê da Diversidade de Campo Grande, de 2024, revela que a população LGBTQIAPN+ enfrenta múltiplas formas de vulnerabilidade, especialmente travestis e mulheres trans, negras e periféricas. A maior parte dos atendimentos registrados no Centro de Acolhimento LGBTQIAPN+ da cidade, em 2023, foi motivada por agressões físicas, ameaças de morte e expulsão do lar. O comprometimento do Estado com políticas públicas voltadas à população LGBTQIAPN+ é imprescindível, e uma das formas de assegurar o sucesso dessas políticas é por meio da capacitação continuada de servidores públicos do Mato Grosso do Sul, para que estejam preparados para lidar com a diversidade sexual e de gênero de maneira eficiente, acolhedora e humanizada. O que buscamos com esse projeto é transformar o serviço público em um lugar seguro para a população LGBTQIAPN+; tanto para quem trabalha nele quanto para quem é atendido por esses serviços. Nesse sentido, estamos no mês do orgulho LGBTQIAPN+ protocolando esse projeto como mais uma iniciativa, promovendo uma política de atendimento e acolhimento a todas as pessoas e a todas as diversidades. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Coronel David: um requerimento (Prot. nº 2093/2025); dois projetos de lei (Prot. nºs 02092/2025, 02091/2025). De autoria do deputado Jamilson Name: duas indicações (Prot. nºs 2076/2025, 2048/2025). De autoria do deputado João Henrique: um projeto de lei (Prot. nº 02070/2025). De autoria do deputado Caravina: duas moções de pesar (Prot. nºs 02072/2025, 02073/2025). De autoria da deputada Lia Nogueira: seis indicações (Prot. nºs 2043/2025, 2044/2025, 2057/2025, 02058/2025, 2059/2025, 02060/2025). De autoria do deputado Lucas de Lima: duas indicações (Prot. nºs 02109/2025, 2108/2025). De autoria da deputada Mara Caseiro: uma indicação (Prot. nº 02106/2025); um projeto de lei (Prot. nº 2045/2025); uma moção de aplauso (Prot. nº 02107/2025). De autoria do deputado Marcio Fernandes: duas indicações (Prot. nºs 02097/2025, 2090/2025); duas moções de congratulação (Prot. nºs 02052/2025, 02051/2025). De autoria do deputado Paulo Corrêa: uma moção de congratulação (Prot. nº 02085/2025). De autoria do deputado Pedro Kemp: três indicações (Prot. nºs 02105/2025, 02104/2025, 2103/2025). De autoria do deputado Pedrossian Neto: duas indicações (Prot. nºs 2056/2025, 02055/2025). De autoria do deputado Paulo Duarte: uma indicação (Prot. nº 02096/2025); duas moções de pesar (Prot. nºs 02095/2025, 2094/2025). De autoria do deputado Renato Câmara: três indicações (Prot.

nºs 02086/2025, 02087/2025, 02088/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 02082/2025); uma moção de aplauso (Prot. nº 2084/2025). De autoria do deputado Roberto Hashioka: uma moção de pesar (Prot. nº 02089/2025). De autoria do deputado Zé Teixeira: sete indicações (Prot. nºs 2074/2025, 02075/2025, 02077/2025, 2078/2025, 02079/2025, 02080/2025, 02081/2025); uma moção de pesar (Prot. nº 02098/2025); um projeto de resolução (Prot. nº 2083/2025). De autoria do deputado do Zeca do PT: uma indicação (Prot. nº 02053/2025).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Registro e agradeço a presença do senhor Romero Bastos, humorista de Recife, que está visitando Mato Grosso do Sul. Agradeço também a presença do André Ricardo, vereador do município de Naviraí, e do Wilson Miguel do Carmo, conhecido como "Bexiga", vereador do nosso município de Terenos. Obrigado pela presença no nosso Plenário. Passamos ao Grande Expediente. Pelo livro de inscrições, com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Quero inverter a ordem de fala com o deputado Paulo Duarte, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como sempre muito gentil, deputada Mara Caseiro. Com a palavra, o nobre deputado Paulo Duarte. Vossa Excelência dispõe de trinta minutos.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — sem revisão do orador — Bom dia, senhor presidente e senhores deputados. Gostaria de agradecer à deputada Mara Caseiro pela inversão. Neste final de semana, tivemos uma tragédia terrível na rodovia BR-262, no trecho compreendido entre o Buraco das Piranhas e a ponte sobre o rio Paraguai. Um acidente envolvendo um ônibus da empresa Andorinha e um caminhão carregado de minério resultou na morte de duas pessoas, deixando uma criança em estado grave. Essa tragédia, infelizmente, não foi um acaso; trata-se de uma tragédia anunciada. Vivemos aqui no nosso estado uma situação crítica. Comentei isso hoje pela manhã com o ex-governador deputado Zeca do PT, durante um café, e o problema não é apenas deste governo federal — é algo que se arrasta há muito tempo: o completo sucateamento da estrutura dos órgãos federais em nosso estado. O acidente ocorrido neste final de semana é mais um capítulo de uma longa lista de mortes que a BR-262 tem acumulado. Essa rodovia é palco constante de mortes envolvendo seres humanos e animais, deputado Coronel David. É impressionante! Ao sair do estado, vemos balanças de pesagem em várias rodovias. Como é possível que um trecho de cinquenta quilômetros, construído sobre um aterro, numa rodovia tão movimentada como a BR-262, não tenha sequer uma balança para fiscalização? Quem conhece a região da qual estou falando sabe o que ocorre. Os caminhões carregados de minério, principalmente de minério de ferro, trafegam como bem entendem. Em alguns lugares, há pontes móveis, porém, é imprescindível que tenhamos uma ponte fixa naquela área — ou mesmo no posto fiscal Lampião Aceso, localizado no município de Corumbá —

antes de esses caminhões cruzarem a ponte. A recuperação da rodovia vai ser feita, mas os caminhões continuam trafegando, e tragédias como essa, que ceifou a vida de duas pessoas — inclusive, de uma jovem de vinte e oito anos — continuam acontecendo. Deputado Rinaldo, vou relatar o ocorrido, porque essas tragédias precisam ser ditas para que — quem sabe — alguma atitude concreta seja tomada. Essa rodovia, pela qual eu trafego pelo menos três mil quilômetros por mês — porque ida e volta somam quase mil quilômetros, sendo quatrocentos e trinta para ir e quatrocentos e trinta para voltar —, foi palco de mais uma tragédia. Na manhã de sábado, um caminhão carregado com minério, vindo de Corumbá, cruzou a ponte enquanto o ônibus da Andorinha vinha no sentido oposto. Aquele trecho de cinquenta quilômetros, que conheço muito bem, é muito ondulado, e nem precisa estar correndo. Eu já escapei de acidente ali. Esse trecho é assim porque foi construído sobre um aterro. Essa rodovia, que hoje suporta o tráfego intenso de caminhões de minério, não foi feita para isso, mas, caminhões carregados trafegam sem nenhum controle. Não há uma balança sequer no trecho de Corumbá até Campo Grande. Existe uma balança móvel que, de vez em quando, é colocada no bairro Indubrasil, mas fixa não há. Mas, por que em outras regiões existem balanças, e aqui não? Qual é o interesse? Alguns podem dizer que é para evitar multas, mas as empresas já incorporam essas multas aos seus custos. O que eu discutia hoje, no café, com o ex-governador Zeca e com o deputado Coronel David, é que essa situação não é recente. Não se trata de um governo ou de um partido específico; o que estamos testemunhando é o desmonte das instituições federais — e isso vem ocorrendo há muito tempo, atravessando vários governos. O órgão que deveria fiscalizar o pagamento da Contribuição Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cefen) não possui nenhum funcionário em Mato Grosso do Sul; tudo é concentrado em Brasília. Recentemente, fui ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e me informei de que não haverá recontagem do censo prevista para 2025, por falta de orçamento. O IBGE está sucateado. O Ibama, da mesma forma. Isso não é uma questão partidária, é um problema estrutural que se arrasta desde o governo Fernando Henrique. Todos os governos, sem exceção, contribuíram para esse cenário de desmonte. E agora pessoas estão morrendo. Essa rodovia, senhor presidente, tornou-se a chamada rodovia da morte, porque o Governo Federal, o Dnit e outros órgãos responsáveis, há muito tempo não se mobilizam para tomar medidas urgentes, como a colocação de uma balança fixa em um trecho que é considerado um santuário ecológico. Nesse último final de semana, morreram duas pessoas, incluindo uma jovem de vinte e oito anos. Mas, semanalmente, o que se vê são corpos de animais transformando esse trecho em um verdadeiro cemitério. Não há controle algum na região. Agora, o que devemos fazer é propor uma ação concreta. Faço um apelo aos meus colegas deputados e deputadas para que a Assembleia Legislativa elabore um documento oficial, não em meu nome, mas em nome da Casa, direcionado à Bancada Federal e ao Governo Federal, questionando até quando teremos que assistir a

essas tragédias sem que nada seja feito. Os órgãos federais estão em colapso. Os servidores federais estão sofrendo. Há poucos dias, visitei o IBGE, e deu dó: falta dinheiro para realizar o censo. E o censo não é apenas um número solto no ar, ele serve para estruturar as políticas públicas de todo o país, disciplinando os repasses para os municípios e estados. Mas o IBGE está sem dinheiro. O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) está sem dinheiro. O Ibama, em Corumbá, tem apenas meia dúzia de funcionários e não consegue dar conta das demandas. É por isso que insisto: precisamos de menos Brasília e mais Brasil. Quem realmente entende das necessidades de Mato Grosso do Sul é quem mora aqui. Os "caras" não se importam com o que está acontecendo aqui. E olha o que está acontecendo em todos os órgãos federais e as consequências danosas disso, como foi o caso dessa tragédia ocorrida no final de semana. Eu, como servidor público de carreira do estado, às vezes fico pensando: "parece que estão fazendo de propósito, como se fosse para esculachar tudo". É inacreditável! Você não tem Receita Federal funcionando em áreas de fronteira, há uma enorme dificuldade em encontrar pessoas dispostas a trabalhar nessas regiões. Os órgãos federais, no máximo, estão presentes na capital, mas a vida acontece no interior, onde está a maior parte da população do estado. Estou indignado! É incompreensível. Existe fiscalização com balanças no Brasil inteiro. Aí você chega em um lugar que é um santuário ecológico e não há nada. O deputado Zeca do PT se lembra bem desse trecho de cinquenta quilômetros da rodovia, e conhece muito bem a região. Ele foi pavimentado no governo do ex-governador Wilson Barbosa Martins. Trata-se de um aterro alto, e, como é um aterro, não é possível trafegar com caminhões tão pesados, porque inevitavelmente o trecho vai afundar. E o que está acontecendo agora? A rodovia está destruída. Eu falei com o diretor do Dnit e, daqui a vinte dias, a recuperação completa do trecho deve começar. Mas quanto tempo durará essa recuperação? Um ano, dois anos no máximo. E depois disso? Antes de passar pela ponte do rio Paraguai, é imprescindível que haja uma balança fixa que realmente faça a fiscalização desses caminhões. Estamos completamente à mercê da sorte! A realidade é que ninguém está fiscalizando nada, nem mesmo as agências reguladoras. Mas hoje, as agências reguladoras são praticamente uma peça de ficção. A ANTT não fiscaliza os contratos de concessão; a Anatel, que deveria regular as telecomunicações, também não fiscaliza nada. As empresas fazem o que bem entendem. Estamos vivendo um verdadeiro apagão regulatório. Essa tragédia, em particular, me tocou muito. Eu conhecia a menina que faleceu, e conheço o pai dela; era uma médica jovem, de apenas vinte e oito anos. Mesmo que eu não os conhecesse, é de partir o coração saber que estava apenas voltando para casa, após tirar férias. E, quando a tragédia acontece, ela destrói vidas. No caso desse acidente, houve a colisão, e uma peça do caminhão se soltou, atravessou o para-brisa do ônibus e atingiu essas duas pessoas, além de uma criança que, segundo a última informação que recebi, provavelmente terá uma perna amputada. Como isso poderia ser evitado? Simplesmente impedindo esses

caminhões de trafegarem de forma descontrolada por essa região. Concedo o aparte ao deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Quero contribuir com o importantíssimo pronunciamento de Vossa Excelência, destacando dois pontos que considero importantes. Primeiro, Vossa Excelência se referiu ao desmonte do estado brasileiro, que de fato ocorre em todas as áreas. Essa situação vem desde governos anteriores, inclusive do atual. Não podemos ser injustos com a verdade. Permita-me incorporar um exemplo a este pronunciamento. Eu estive na Funai, deputado Paulo Duarte. Aqui em Mato Grosso do Sul, a Funai possui três coordenações regionais: Campo Grande, Dourados e Ponta Porã. Sabe qual é a realidade? Além de não haver funcionários suficientes, o orçamento anual para custeio de cada uma dessas unidades é de apenas cento e cinquenta mil reais por ano. Isso é destinado para comprar sementes, combustível e pagar diárias. Moral da história: trata-se de uma instituição fictícia. Por iniciativa própria, e com a sensibilidade da bancada federal, procurei o senador Nelsinho Trad, a senadora Soraya Thronicke, os deputados Dagoberto Nogueira, Geraldo Resende, Beto Pereira, Vander Loubet e Camila Jara, e consegui, por meio de emendas de todos eles, a destinação de quatro milhões de reais, sendo pouco mais de um milhão para cada unidade da Funai por ano, para que possam, pelo menos, garantir o funcionamento básico. Mas a verdade é que isso não é exclusivo da Funai; o problema está presente em todas as áreas. É desolador saber que levantamentos socioeconômicos e dados de pesquisas importantes não serão realizados porque não há dinheiro para custear as despesas. O argumento é sempre o mesmo, o que ocorre tanto neste governo quanto em governos passados. É um horror! Um horror! Em segundo lugar, com relação à estrada, se já existe o impacto que Vossa Excelência aponta com o sobrepeso dos caminhões em estradas como a BR-262, será que o impacto não é igual ou ainda pior na ponte? Será que a ponte, no momento em que foi concebida, foi planejada para suportar esse tipo de carga? Pois é! Pois é! Então, o que acho que podemos fazer, deputado Paulo Duarte, é o seguinte: Vossa Excelência pode elaborar um requerimento, e nós o aprovamos em conjunto pela Assembleia. Em seguida, podemos organizar uma comissão capitaneada por Vossa Excelência, pelo presidente e pelo secretário, para marcar uma reunião com a direção do Dnit e com o Ministério da Infraestrutura. Precisamos mostrar para eles essa situação, levar um vídeo ou uma filmagem que demonstrem claramente o problema. É impossível que as coisas continuem assim, porque vidas estão sendo ceifadas prematuramente. Portanto, eu me somo integralmente ao pronunciamento de Vossa Excelência.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Permite-me um aparte, deputado?

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Já lhe concedo, deputado, com certeza. O deputado Zeca do PT lembrou uma questão muito importante: se estou dizendo

que a rodovia BR-262 não está preparada para receber o peso, a carga e o número de caminhões que nela trafegam, imagine então a ponte, que foi construída durante o seu governo! Essa ponte já apresenta rachaduras. Então, sabe o que está acontecendo? Quando menciono que temos “muito Brasília e pouco Brasil”, é porque é isso mesmo. Quando as pessoas vêm aqui — lá de Brasília —, com raras exceções, elas não sabem nem onde estão. Achem que estão no Estado de Mato Grosso e, sem constrangimento algum, erram até o nome do estado. E esses tipos de problemas só são debatidos quando acontecem tragédias em série, como as que estamos falando. Esse é um problema que persiste há muitos anos. É uma questão contínua e refletida no sucateamento de todos os órgãos federais em nosso estado. Por isso acato a sua sugestão, deputado, e me comprometo a fazer a indicação em nome da Assembleia. Além disso, ao mesmo tempo, vou encaminhar uma representação ao Ministério Público Federal, para que seja tomada alguma providência. O que está acontecendo é simplesmente inaceitável, e o que está por vir tende a ser ainda pior. Essa reforma tributária, que deve ser aprovada ainda este ano, irá centralizar ainda mais o poder em Brasília. A partir de 2030, o governador, seja ele quem for, será apenas um gerente de recursos humanos, responsável por pagar funcionários, porque as políticas públicas, assim como os recursos, estarão completamente concentrados em Brasília. Deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Deputado Paulo Duarte, primeiro quero agradecer a Vossa Excelência pela concessão do aparte e dizer que também me somo ao pronunciamento de Vossa Excelência. Fico feliz, inclusive, por ouvir o deputado Zeca do PT reconhecer algo tão importante. Este é claramente um assunto que transcende a polarização ideológica. Precisamos superar os extremos de direita e de esquerda, porque as pessoas não estão interessadas nisso. Elas não querem saber quem está na prefeitura, quem está no Governo ou quem ocupa a presidência da República. O que elas realmente querem é que seus direitos sejam respeitados e que suas demandas sejam atendidas. Vossa Excelência trouxe à tona uma questão muito relevante. Aproveito para fazer uma observação: os técnicos da nossa Casa registraram que o tema do pronunciamento se refere aos acidentes na BR-163, mas, na verdade, estamos falando da BR-262. Quero solicitar a retificação dessa informação exibida na TV.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — É BR-262!

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — BR-262! Então, deputado Paulo Duarte, o tema abordado por Vossa Excelência...

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — A BR-163 também está esculhambada, mas estamos falando da BR-262.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — ... é a famosa estrada da morte, que já ceifou centenas de vidas, entre crianças e idosos. Primeiro, quero agradecer a Vossa Excelência pelo aparte e me solidarizar com as famílias enlutadas, como a da médica de vinte e oito anos. Também quero destacar outro ponto: precisamos refletir sobre nossas escolhas no passado. Desde as décadas de 1960, 1970 e até 1980, o Brasil priorizou incentivos para a aquisição de automóveis e esqueceu de investir em ferrovias. Vossa Excelência vai à Europa e vê a diferença que isso faz. O que aconteceu aqui? As ferrovias foram praticamente abandonadas. Vossa Excelência, ao destacar o sucateamento das instituições federais, levanta um tema que não pode ser ignorado. Eu sou da Universidade Federal e, em todas as áreas que conheço isso está acontecendo. Isso não é uma crítica pejorativa para o partido A, nem para o B, nem para direita ou para a esquerda, essa é a constatação de fatos. Então, eu quero me somar ao discurso de Vossa Excelência e participar do encaminhamento desse documento à nossa Bancada Federal. Eu tenho ido pouco à querida cidade que Vossa Excelência administrou, mas conheço muito bem esse trecho, onde a gente, às vezes, roda a 60 KM/h. Imaginem um caminhão pesado... Então é preciso, sim, essa fiscalização, essas balanças, nos lugares específicos, para que a gente tenha condições de ter a infraestrutura que os órgãos federais precisam para cumprir sua missão. Agradeço, de coração, o aparte que Vossa Excelência me concedeu.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Concedo um aparte ao meu amigo deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Obrigado, deputado. Quero parabenizá-lo pelo pronunciamento. É isso mesmo. Realmente, nós estamos enfrentando, na gestão pública, a desmobilização e o aparelhamento — às vezes, com a nomeação de pessoas que não têm condições técnicas para desempenhar a missão que lhes é confiada. No caso específico da BR-262, deputado, eu, como engenheiro rodoviário, estava no Dersul — não na região de Corumbá ou de Miranda —, mas acompanhei, a partir de Nova Andradina, a construção da rodovia no governo do saudoso Wilson Barbosa Martins. A pavimentação dessa rodovia foi feita com muita dificuldade, pela escassez de materiais que dessem suporte à execução da terraplenagem. O trabalho foi realizado com dragas que formavam o corpo do aterro, e depois foi feito um processo de envelopamento, no qual se aplicou uma camada de material transportado de longe por caminhão. Portanto, foi feita uma rodovia pensada para atender ao tráfego local. Mas, hoje, sabemos que a exploração de minério em Corumbá multiplicou esse tráfego por cinco. Tudo é transportado por carretas — são de 500 a 600 carretas por dia que saem de Corumbá em direção a Minas Gerais, passando, inclusive, pela região de Três Lagoas. E a rodovia não tem estrutura adequada para suportar um tráfego pesado, com carretas basculantes enormes que transportam minério de ferro. Deputado Zeca do PT, eu participei da inauguração da ponte

quando Vossa Excelência era governador, junto com o então presidente Fernando Henrique Cardoso, que esteve presente à solenidade. As pontes de concreto também são construídas obedecendo a parâmetros específicos de carregamento. Se essa carga for excedida, certamente toda a infraestrutura poderá ser comprometida, e a ponte poderá entrar em colapso. É importante registrar isso aqui, porque a nossa preocupação com o estado é muito grande. Temos a BR-262, que liga Campo Grande a Três Lagoas, e a BR-163, ambas incluídas no grupo das rodovias mais perigosas do Brasil. A BR-163 é a sexta rodovia mais perigosa, e a BR-262, no trecho entre Campo Grande e Três Lagoas, é a nona. E o que vemos é o fracasso do processo de concessão da BR-163 — um verdadeiro retrocesso —, e ficamos sem expectativa de duplicação total da rodovia pelos próximos trinta anos. Isso também pode vir a ocorrer com a BR-262, nesse mesmo trecho. Deputado, sua colocação é pertinente. Rodovia é assunto sério, porque impacta diretamente a vida das pessoas — não apenas quando há feridos ou vítimas fatais, mas também na economia. Quando ocorre um acidente, o caminhão quebra, bate, há prejuízos e o veículo fica parado por muito tempo. O dono deixa de receber pelo frete e perde condições de pagar a prestação do seu caminhão. As transportadoras sofrem muito com isso. Portanto, parabéns pelo pronunciamento. Sou solidário à sua manifestação junto ao Ministério Público Federal e aos demais órgãos competentes. Era só isso, deputado. Muito obrigado.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Deputado Roberto Hashioka, nós sabemos — mesmo eu não sendo engenheiro como Vossa Excelência — que essa rodovia, e principalmente a ponte, não têm condições de suportar o tráfego que enfrentam atualmente. Agora, os bacanas que apertam os botões lá em Brasília não fazem ideia da situação real, porque só vêm de avião, descem aqui, fazem discursos e "nos chamam" de Mato Grosso [sic]. Nada contra Mato Grosso, mas é preciso ser muito desinformado ou muito sem educação para ir à casa dos outros e errar o nome. É como eu chegar na casa do Manoel Afonso e chamá-lo de B de Paula! Nada contra o B, mas cada um tem seu nome. Esses caras não têm noção da nossa região. Quem toma as decisões deveria, ao menos, pegar um carro, como nós fazemos, e ir até Corumbá; passar por ali, literalmente "pulando", para entender a precariedade da situação. Mas, não! Só andam de avião! Esses caras estão reclamando de barriga cheia! O que é urgente, e precisa ser feito imediatamente, é um grito definitivo denunciando tudo que está acontecendo ao longo dos anos com a estrutura governamental federal nos estados. Pelo menos aqui, em Mato Grosso do Sul, tudo está completamente sucateado. Isso tem matado pessoas, como no caso dessas duas mortes nesse final de semana. Por quê? Porque se os burocratas soubessem o que realmente acontece nessa rodovia, já teriam colocado balanças para fiscalizar. Muitas pessoas já morreram, porque os caminhões circulam acima do limite de peso e ninguém fiscaliza. Aliás, toda essa questão das mineradoras tem trazido muito mais tragédias do que benefícios para Mato Grosso do Sul. Foi cantado em prosa e verso que elas seriam fundamentais, mas o

que vemos é morte, decepção para as pessoas e falta de recursos para os municípios, especialmente na região do Pantanal.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Concede-me um aparte, deputado?

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Com certeza, deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Deputado Paulo Duarte, quero me somar ao pronunciamento de Vossa Excelência. Uma vez mais, o senhor traz à Casa um assunto de extrema importância. O apagão nos órgãos do Governo Federal é algo que vemos em todas as áreas. Porém, não estamos aqui discutindo ideologia, mas sim algo muito mais importante: salvar vidas. O que aconteceu nesse último acidente não pode ser considerado obra do acaso, deputado Paulo Duarte. Trata-se da desfaçatez das pessoas responsáveis por fazer o que lhes compete. Esse caso é emblemático nesse sentido. Quero dizer ao senhor que estou ao seu lado nessa luta, e acredito que ela não deve ser isolada. Essa deve ser uma luta de toda esta Casa. Todos nós devemos assinar o documento a ser encaminhado ao Ministério Público Federal, solicitando providências imediatas. Não podemos mais conviver com tragédias desse tipo. O exemplo da BR-163, onde não obtivemos sucesso, precisa nos servir de lição para que avancemos na questão da BR-262, e na luta desta Casa na comissão capitaneada pelo deputado Junior Mochi. Quanto à BR-262, é essencial que haja uma solução rápida e urgente, porque pessoas estão morrendo. Parabéns, deputado, mais uma vez por trazer um tema tão relevante para o debate nesta Casa.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Muito obrigado, deputado Coronel David. Prepararei a representação e ficarei muito feliz se meus amigos e amigas deputados assinarem comigo. Vamos fazer duas ações paralelas: enviar o documento à Bancada Federal e, ao mesmo tempo, apresentar uma representação ao Ministério Público Federal, para que seja iniciado um procedimento que exija ações concretas. Precisamos, por exemplo, de uma ponte nova entre a ponte do rio Paraguai e Corumbá, com urgência.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Deputado Paulo Duarte, ouvi atentamente, aqui no meu gabinete, o pronunciamento de Vossa Excelência e quero parabenizá-lo por sua fala. Conte comigo também para somar forças nesse encaminhamento. Como bem destacou o deputado Coronel David, sofremos com a questão da BR-163 e fomos "atropelados" pelos trâmites da burocracia. Quero reforçar que a BR-262 corta Mato Grosso do Sul de um extremo ao outro também, e nós precisamos ter cuidado, principalmente agora, porque as mudanças estão sendo planejadas para acontecer aqui, e não como foi com a BR-163. A BR-262 é extremamente importante para nós. Inclusive, apresentei um projeto nesta Casa, que foi aprovado, mas posteriormente

vetado, e que agora estou reapresentando. O objetivo é que sejam construídas passarelas sob as rodovias de Mato Grosso do Sul. Somos um estado pantaneiro, um estado com forte atividade pecuária. Quando viajamos para estados como São Paulo e Paraná, vemos que todas as rodovias possuem passagens subterrâneas, tanto para animais silvestres quanto para bovinos e equinos. Já aqui, em Mato Grosso do Sul, não temos isso, e esse é um dos nossos grandes problemas. Nosso estado está enfrentando perdas: vidas sendo ceifadas e nossa fauna sendo diretamente impactada, com animais atropelados nas rodovias. A BR-262, que corta o Pantanal e chega até Corumbá, é particularmente problemática. Bem colocado por Vossa Excelência, também, é o problema da ponte; então, conte conosco para unirmos forças junto a essas reivindicações e realmente garantirmos que essas melhorias aconteçam em Mato Grosso do Sul. Falo sobre isso com tranquilidade porque, nesta semana, eu mesmo vivenciei uma situação. Retornando do interior do estado pela MS-040, no final de semana, me deparei com uma capivara no meio da pista. Eu estava dirigindo e, infelizmente, não houve como evitar o impacto. Graças a Deus, fomos livrados de um capotamento, mas o veículo ficou com a frente completamente destruída. Situações como essa são recorrentes. Estão acontecendo diariamente, ceifando vidas, e tudo isso poderia ser evitado com a criação dessas passarelas. Agora, com obras planejadas para várias rodovias, essa é a oportunidade para incluir passarelas que possam poupar vidas humanas e preservar nossa fauna e flora. Era isso que eu tinha. Muito obrigado.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Deputado Lidio Lopes, para se ter uma ideia da desconexão entre Brasília e o Brasil real: recebi, há poucos dias, e acredito que todos os deputados receberam, um convite para um evento da Arena Brasil — até rasguei o convite. Era para ser realizado hoje, se não me engano. Olhem só o absurdo: estão anunciando reformas no aeroporto de Campo Grande, e ao mesmo tempo no aeroporto de Corumbá. E sabem o que está acontecendo? Estão cancelando praticamente todos os voos! Por exemplo, a Azul anunciou que vai cancelar o voo de Corumbá para Campinas e o de Campo Grande para Cuiabá. Ou seja, vão reformar aeroportos onde não há aviões descendo. Qual é a lógica disso? É de uma insensatez absurda. Quem toma essas decisões não conhece Mato Grosso do Sul. Precisam fazer um curso intensivo sobre o estado, para conhecê-lo de verdade. Precisam saber quais são as nossas origens, nossas tradições. Deputado Junior Mochi, você viu isso claramente: eles não sabem nada. Não é má intenção, é pura falta de conhecimento.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Vossa Excelência ainda dispõe de um minuto.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Meu tempo já está terminando... Mas só para finalizar: prestem atenção nisso! Estão reformando aeroportos em Campo Grande e Corumbá, enquanto anunciam o fim de voos importantes. Daqui a pouco, só irão pousar

tuiuiús, periquitos e papagaios! Cancelaram voos entre as capitais do agro: Campo Grande e Cuiabá, e agora vão cancelar também, em setembro, a linha Corumbá-Campinas. Precisamos criar um curso intensivo para que esses bacanas de Brasília aprendam mais sobre Mato Grosso do Sul. Mas agradeço o apoio, e amanhã prepararei essa representação que, junto aos meus amigos e amigas desta Casa, assinaremos. Espero que ao menos essa tragédia sirva para evitar outras no futuro no nosso estado. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Agradeço a presença do vereador de Naviraí, Regivan Moraes, e também do vereador do município de Batayporã, Edson Peres Ibrahim. Não havendo mais tempo hábil para o próximo orador no Grande Expediente, passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o segundo secretário, deputado Pedro Kemp, se há quórum para deliberação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, temos vinte e quatro senhores deputados e deputadas presentes, portanto há quórum para deliberação das matérias.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - PSDB) — Havendo quórum para deliberação, passemos ao Item 1. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 257/2024. Autor: Poder Executivo. "Altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei nº 6.032, de 26 de dezembro de 2022, acerca da transação tributária, com o objetivo de viabilizar a subsequente regulamentação do tema, gerando resultados eficientes e juridicamente seguros para os contribuintes e para a Administração Pública Estadual, na forma que especifica, e dá outras providências". A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto, à Emenda Modificativa nº 02 e às Emendas Aditivas nº 03 e 04, tendo como relator o deputado Roberto Hashioka. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto, à Emenda Modificativa nº 02 e às Emendas Aditivas nº 03 e 04, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 00257/2024, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Renato Câmara (MDB).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Não.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Não.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Abstenção.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezenove votos favoráveis, dois contrários e uma abstenção.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à redação final, por ter sofrido emenda. Item 2. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 282/2024. Autor: Poder Executivo. "Altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei nº 1.810, de 22 de dezembro de 1997, e à Lei nº 2.315, de 25 de outubro de 2001, nos termos mencionados, e dá outras providências". Os objetivos do projeto são os seguintes: reduzir o valor da multa punitiva tributária, conforme previsto na alínea 'a' do inciso III do artigo 117, relacionada ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS); aumentar os descontos aplicados às multas previstas no artigo nº 117 para pagamento nos momentos especificados no artigo nº 118; reduzir as multas moratórias constantes nos artigos nº 119 e 120. A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Roberto Hashioka. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Vai discutir, deputado? Então eu vou voltar...

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Eu só quero esclarecer, se Vossa Excelência me permitir.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Esse é um projeto inusitado, porque, normalmente, você assiste, no Parlamento, o recebimento de mensagens do Governo aumentando a carga tributária. Mato Grosso do Sul foi um dos poucos estados do Brasil que não aumentou sua alíquota modal líquida interna. Vários estados aumentaram de 17% para 21 ou 22%. E além de ter feito isso, o governador Eduardo Riedel traz a esta Casa um projeto de redução de multas. Algumas multas terão redução de até 50%, por isso eu disse ao deputado Londres Machado que esse é um projeto inusitado; é coisa rara. Isso é algo que incentiva o contribuinte bom pagador, por isso quero parabenizar o Governo do Estado, porque assim, Mato Grosso do Sul vai na contramão do que fazem os estados que estão aumentando sua carga tributária sistematicamente, por conta da reforma tributária que está por vir.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação. Quero registrar que tem deputado que ainda não leu! Estão diminuindo valor de multa em mais de 50%, nesse projeto. Para justificar o voto, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, eu também considero que esse projeto vem em boa hora. O Código de Defesa do Consumidor, quando instituído, reduziu e limitou as multas para o consumidor com relação às empresas privadas. Somente não alcançou, obviamente, o poder público, que ainda continua impondo multas elevadas, impossibilitando que aquele que, eventualmente, não conseguiu pagar em dia seus tributos possa regularizar sua situação — tendo que suportar as penalidades impostas por lei. Ou seja, as multas chegam a 100%, 150%; são valores astronômicos. Então, quem não pagou no momento certo, dificilmente consegue pagar depois. Por isso, acumulamos somas estratosféricas de débitos com a Receita Estadual. Esse projeto chega em boa hora, pois reduz o valor das multas e possibilita que pessoas e empresas inadimplentes com o ICMS quitem seus débitos junto ao Fisco estadual.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação.

Projeto de Lei nº 0282/2024, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Não.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Consulta o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e um votos favoráveis e um contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 3. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 283/2024. Autor: Poder Executivo. "Dispõe sobre definição de critérios para a caracterização de contribuinte como devedor contumaz, e dá outras providências". Tem por objetivo dotar o Estado de Mato Grosso do Sul de instrumento legal que defina o devedor contumaz no âmbito das obrigações tributárias e estabeleça medidas fiscais a ele aplicáveis e disponha sobre outras providências, visando sua operacionalização. A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte e Infraestrutura emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Roberto Hashioka. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Marcio Fernandes. Em discussão.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Também para que não haja dúvida: "que deixarem de recolher, nos últimos doze meses, por seis meses consecutivos, ou de forma alternada". Então, se no último ano o contribuinte deixou de pagar o seu imposto por seis meses consecutivos ou alternados, ele se torna um devedor contumaz. Essa situação se aplica exclusivamente para débitos a partir de um milhão de reais. Nesses casos, o devedor terá um tratamento diferenciado daquele que paga seus tributos rigorosamente em dia. Caso ele entre na lista dos devedores contumazes, ele será removido automaticamente ao quitar o débito. Além disso, se optar pelo parcelamento do débito, sua condição de devedor contumaz será suspensa até que ele quite completamente suas obrigações. Ou seja, este é um projeto importante da Secretaria de Estado de Fazenda e do Governo do Estado, com o objetivo de tratar os iguais de forma igual e os desiguais de forma desigual.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, quero apenas reiterar que essa é uma iniciativa para premiar o bom contribuinte. O cidadão que, sistematicamente, não paga os seus tributos em dia, obviamente não pode receber o mesmo tratamento que aqueles que regularmente pagam e contribuem para as finanças públicas.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 0283/2024, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Não.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Senhor presidente, apenas para explicar aos demais colegas deputados e ao público que nos assiste sobre a audiência pública que iremos realizar hoje, às 14h, no Plenarinho, para discutir o futuro do Estádio Morenã. Portanto, aqueles que estão preocupados com o futuro do esporte e do nosso futebol estão convidados. Teremos a participação da Universidade Federal, membros do Governo, a Federação de Futebol de Mato Grosso do Sul e representantes de todos os

clubes, que também foram convidados. Convido a todos que se interessam por esse tema a participarem, pois será um debate importante. Um abraço, obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registrado o convite para discutir o futuro do Morenã. Encerrada a votação. Consulto o segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor Presidente, são vinte e dois votos favoráveis e um voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 4. Projeto de Lei nº 106/2025. Autor: deputado Pedro Pedrossian Neto. "Inclui o "Festival Internacional da Carne" no Calendário de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, tendo como relator o deputado Neno Razuk. Em discussão.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Enquanto os colegas finalizam a votação, eu gostaria de me dirigir a Vossa Excelência para informar que apresentei uma proposição, tomando a liberdade de indicá-lo, na condição de presidente, e estou tratando do assunto também com a deputada Gleice Jane, que preside a comissão. A intenção é promover uma audiência pública para darmos fim à exploração da economia popular, especialmente no que diz respeito ao preço absurdo do combustível. Um exemplo disso é a cidade de Dois Irmãos do Buriti, onde a gasolina está custando sete reais por litro. Tem cabimento? Isso é um absurdo! É roubo! Como Poder Legislativo, temos o dever de combater isso.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em votação.

Projeto de Lei nº 106/2025, de autoria do deputado Pedrossian Neto.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCA DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Consulta o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e dois votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 5. Em discussão única e votação simbólica. Doze indicações. Em

discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Não havendo oposição, dou-as por aprovadas. Item 6. Moção de pesar. Moção de pesar, proposta pelo deputado Roberto Hashioka, em razão do falecimento do senhor Caetano de Souza Rocha. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Não havendo oposição, dou-a por aprovada. Encerrada a Ordem do Dia. Eu gostaria de registrar, mais uma vez, e fazer o convite a todos os deputados para interagirem com as entidades que serão beneficiadas pela festa junina, no dia 27 de junho de 2025, às 18h. A equipe está produzindo alguns vídeos para que possamos realizar uma grande festa. Contamos com o arroz carreteiro tradicional do deputado Pedro Kemp, com espetinhos, bolo de milho do deputado Lidio Lopes e, é claro, o quentão — quentão pode! A festa junina acontecerá no dia 27 de junho de 2025, às 18h. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Senhor presidente, bom dia! Eu gostaria apenas de registrar a presença, aqui neste Plenário, do meu amigo vereador Som, uma grande liderança de Tacuru, bem como do meu amigo pastor Sérgio Castro, presidente da Igreja Assembleia de Deus do município de Rio Verde de Mato Grosso. Era o que eu tinha. Muito obrigado!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Rio Verde de Mato Grosso, que, em breve, se esta Casa aprovar, poderá passar a se chamar Rio Verde do Pantanal. Sou entusiasta dessa proposta apresentada pela Câmara de Vereadores e pelo prefeito Réus Fornari. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Com a palavra, o deputado Junior Mochi. Transferida. Não há mais oradores inscritos. Eu gostaria de convidar todos os deputados para participarem, amanhã, da CCJR e das comissões de mérito, para a votação dos projetos e análise da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), já que temos menos de trinta dias. Lembro que amanhã será a última sessão da semana, e no dia 27 de junho de 2025, será realizada a festa junina. Nada mais havendo a tratar, esta presidência vai declarar encerrada a presente Sessão. Está encerrada. Obrigado a todos (11h17min).